



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL E BEM-ESTAR SOCIAL

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 012/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL VIGENTE, NO MONTANTE DE R\$. 73.283,09, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RELATOR: PAULO ROBERTO RITTER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei supramencionado, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, autoriza o Poder Executivo a abrir no orçamento municipal vigente – Lei Municipal nº 1.870/2024, Crédito Adicional Suplementar no valor total de **R\$. 73.283,09 (setenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais e nove centavos)**, que será classificado nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02 – Assistência à Educandos

0003 – Auxílio Associação Estudantes Cursos Técnicos e Universitários

3.3.90.18.00.00.00.000 – Auxílio Financeiro à Estudantes.....R\$. 15.502,16

Fonte de Recursos: 1054

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

11 – Departamento de Assistência Social

01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2081 – Proteção Social Básica

4.4.90.52.00.00.00.000 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$. 55.780,93

Fonte e Recursos: 1053

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

11 – Departamento de Assistência Social

01 – Fundo Municipal de Assistência Social

2084 – Gestão Descentralizada IGD PBF

3.3.90.14.00.00.00.000 – Diárias – Pessoal Civil.....R\$. 2.000,00

Fonte de Recursos: 1141

O art. 2º do projeto de lei estabelece que para a cobertura dos encargos especificados no Art. 1º desta Lei, servirá como suporte os recursos oriundos do Superávit Financeiro no valor total de **R\$. 73.283,09 (setenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais e nove centavos)**, apurados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, nos termos da Lei Federal Nº 4.320/64, nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos 1054.....R\$. 15.502,16

Fonte de Recursos 1053.....R\$. 55.780,93

Fonte de Recursos 1141.....R\$. 2.000,00



II – FUNDAMENTOS

A Lei Orgânica do Município de Campos Borges prevê em seus arts. 50, inciso III, e 95:

“Art. 50. Compete privativamente ao Prefeito Municipal à iniciativa das leis que versem sobre:
(...);

III - orçamento anual, lei de diretrizes orçamentárias e, plano plurianual;
(...).”

“Art. 95. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I- o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais;”

A Lei Federal nº 4.320/64 possibilita a abertura de créditos adicionais, que se classificam em: créditos suplementares, especiais e extraordinários. Em seu artigo 40, *caput*, estabelece que “são créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento”.

Por sua vez, o crédito adicional suplementar, nos termos da lei supracitada (art. 41, inciso I), destina-se a reforço de dotação orçamentária.

Nos termos da Lei Federal citada acima, os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, além de indicar a importância, a espécie do crédito e a classificação da despesa, tudo em observância ao disposto pelos artigos 45 e 46 de Lei Federal nº 4.320/64.

III – VOTO DO RELATOR

Em virtude do exposto, conclui-se que o PROJETO DE LEI Nº 012/2025, encontra respaldo na Constituição Federal e demais Leis Infraconstitucionais que regem a matéria, por isso voto favorável a tramitação.

Sendo assim, voto pela sua aprovação.

Sala das Comissões, Campos Borges/RS, 06 de fevereiro de 2025.


Paulo Roberto Ritter

Relator



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Borges

"Poder Legislativo, o suporte da Democracia"

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final e Bem-Estar Social, Vereadora Presidente Sandra Regina Soares, Vice-Presidente Vereador Luiz Eduardo Koeppe, e Vereadores Adriano Nogueira e Paulo Roberto Ritter, em reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 2025, às 19h, na Câmara Municipal de Campos Borges/RS, acompanhando o voto do relator, nos termos do disposto pelo Artigo 60, §7º, inciso IV, "a", opinam unanimemente pela aprovação do PROJETO DE LEI Nº 012/2025, na íntegra.

Sala das Comissões, Campos Borges/RS, 06 de fevereiro de 2025.

Sandra Regina Soares
Presidente

Luiz Eduardo Koeppe
Vice-Presidente

Paulo Roberto Ritter
Relator

Adriano Nogueira
Membro